

Oportunidades para a mediação na área tributária

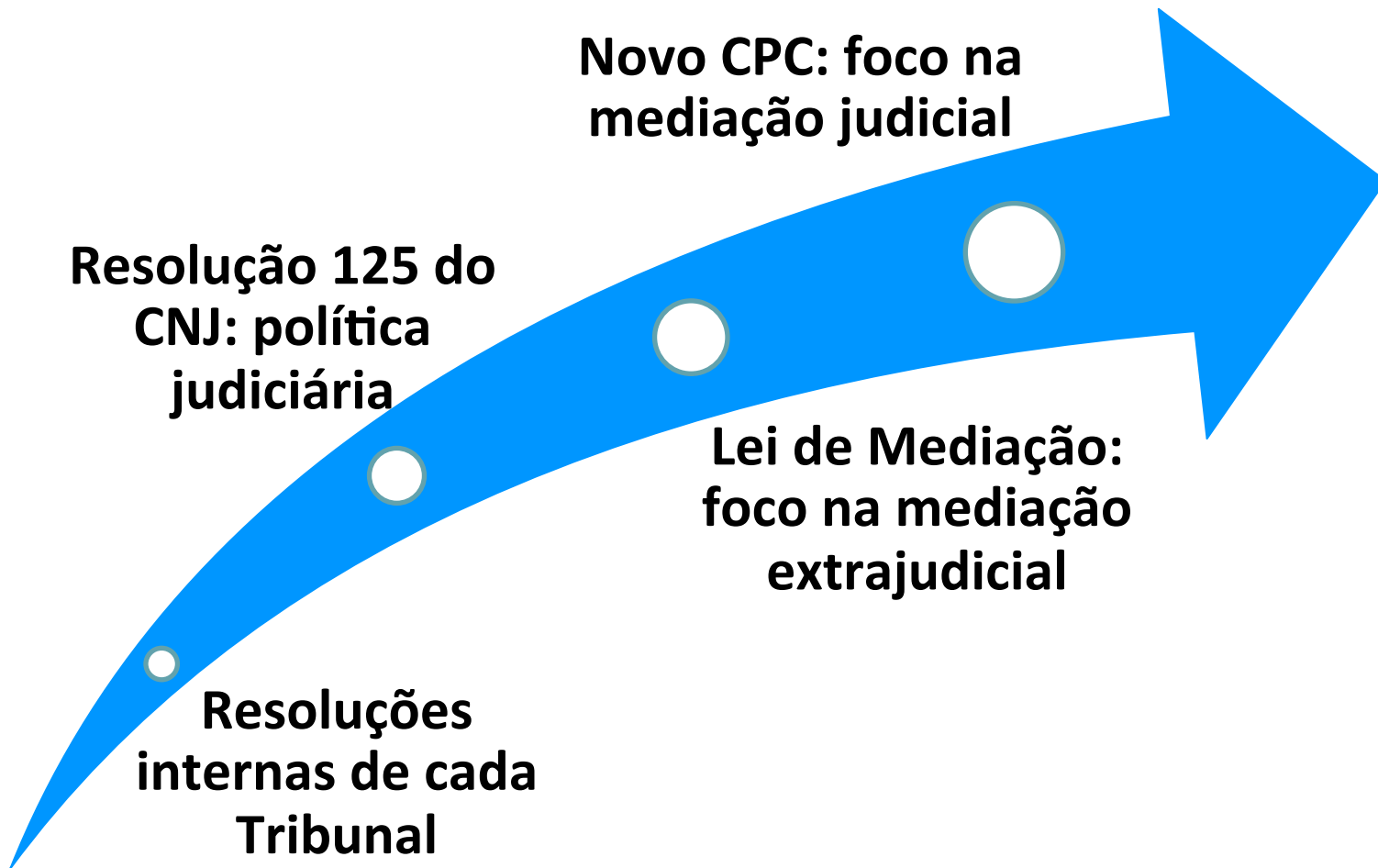
Mediação Tributária

- ❑ Mediação e Administração Pública: princípios e desafios envolvidos
- ❑ Marcos normativos
- ❑ Critérios para a escolha de mediação
- ❑ Mediação e litigância estratégica em casos repetitivos
- ❑ Escalonamento da Mediação com Arbitragem

Mediação e Administração Pública

- Boa governança administrativa. Movimento de consensualidade na Administração.
- Juízo qualitativo e não quantitativo.
- Poder Público como grande litigante. Litigância estratégica. Transação por adesão.
- Alçada: autorizações normativas.
- Publicidade
- Isonomia. Desequilíbrio de poderes
- Quais conflitos podem ser objeto de mediação?

Horizontes Normativos: onde estamos e para onde vamos?



Novo CPC

Art. 174. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios criarão câmaras de mediação e conciliação, com atribuições relacionadas à solução consensual de conflitos no âmbito administrativo, tais como:

I - dirimir conflitos envolvendo órgãos e entidades da administração pública;

II - avaliar a admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação, no âmbito da administração pública;

III - promover, quando couber, a celebração de termo de ajustamento de conduta.

Lei de Mediação

Art. 32. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito dos respectivos órgãos da Advocacia Pública, onde houver, com competência para:

I – dirimir conflitos entre órgãos e entidades da Administração Pública;

II – avaliar a admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de composição, no caso de controvérsia entre particular e pessoa jurídica de direito público;

III – promover, quando couber a celebração de termo de ajustamento de conduta.

Lei de Mediação

Art. 33. Enquanto não forem criadas as câmaras de mediação, os conflitos poderão ser dirimidos nos termos do procedimento de mediação previsto na Subseção I da Seção III do Capítulo I desta Lei.

(...)

Art. 34. A instauração de procedimento administrativo para a resolução consensual de conflito no âmbito da administração pública suspende a prescrição.

(...)

§ 2º Em se tratando de matéria tributária, a suspensão da prescrição deverá observar o disposto na Lei n. 5172/1966 - Código Tributário Nacional

Lei de Mediação

Art. 35. As controvérsias jurídicas que envolvam a administração pública federal direta, suas autarquias e fundações poderão ser objeto de **transação por adesão**, com fundamento em:

I – autorização do Advogado-Geral da União, com base na jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal ou de tribunais superiores; ou

II – parecer do Advogado-Geral da União, aprovado pelo Presidente da República.”

§ 1º Os requisitos e as condições da transação por adesão serão definidos em resolução administrativa própria. (...)

Art. 40. Os servidores e empregados públicos que participarem do processo de composição extrajudicial do conflito, somente poderão ser responsabilizados civil, administrativa ou criminalmente quando, mediante dolo ou fraude, receberem qualquer vantagem patrimonial indevida, permitirem ou facilitarem sua recepção por terceiro, ou para tal concorrerem.

I Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Conflitos do CJF

- **Enunciado 53.** Estimula-se a transação como alternativa válida do ponto de vista jurídico para tornar efetiva a justiça tributária, no âmbito administrativo e judicial, aprimorando a sistemática de prevenção e solução consensual dos conflitos tributários entre Administração Pública e administrados, ampliando, assim, a recuperação de receitas com maior brevidade e eficiência.
- **Enunciado 54.** A Administração Pública deverá oportunizar a transação por adesão nas hipóteses em que houver precedente judicial de observância obrigatória.

Tribunal Multiportas

Como escolher a forma adequada de resolver o conflito?



Critérios para a escolha

- Tempo e custos
- Relação continuada entre as partes
- Controle do processo e do resultado
- Possibilidade de gerar resultados ganha-ganha, sem polarizar o conflito
- Maior fluxo de informações e mapeamento de interesses.
- Prevenção de futuros conflitos

Mediação e litigância repetitiva

- Redução da litigiosidade. Execução fiscal (custo e volume). Desjudicialização e CEJUSCs Fiscais
- Racionalização das atividades de contencioso e de cobrança de dívidas tributárias
- Entendimento jurisprudencial consolidado: IRDR, Recursos Repetitivos
- Transação por adesão e critérios de isonomia



Escalonamento da Mediação com Arbitragem

- Escalonamento com arbitragem
- Escolhas:
 - Mediação prévia ou incidental;
 - Tempo de duração da mediação;
 - Eventual penalidade pelo não comparecimento;
 - Escolha do mediador;
 - Mediador não deve ser árbitro.
 - Homologação de acordo?

Mapeamento de boas práticas em mediação e casos de sucesso

